

POLÍTICA ECONÔMICA

Números revelam retrocesso da economia

VANESSA DE GODOY

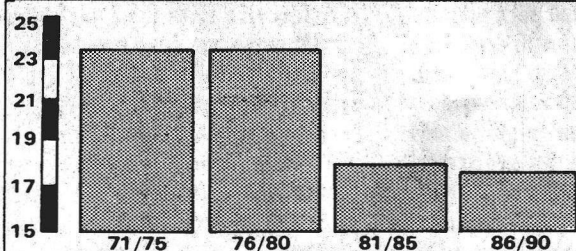
O secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, adquiriu ontem uma pasta nova para carregar os dados sombrios sobre a economia brasileira que, desde o dia 14, vem exibindo ao presidente Fernando Collor, ao Conselho da República, ao Ministério e às lideranças do Congresso Nacional. A pasta antiga, de papelão branco, já estava suja e amassada de tanto uso e começava a virar motivo de brincadeiras. Com a nova, de plástico azul, Macedo não quer apenas evitar ironias, mas provar que a sua peregrinação continua. "Todos têm de entender que o ajuste fiscal profundo é imprescindível para inverter a tendência de empobrecimento do País", afirma.

O Emendão, diz o secretário, é apenas um pedaço do ajuste fiscal, que é muito mais amplo. "Se não aprofundarmos as mudanças, corremos o risco de transformar os anos 90 também em uma década perdida", alerta. O retrato da economia brasileira preparado por Macedo foi apresentado pela primeira vez no dia 14, durante reunião de discussão do Emendão, e impressionou o presidente Fernando Collor. "Ele gostou do trabalho e pediu que eu fizesse a apresentação na reunião do Conselho da República", lembra o secretário. O estudo destaca que a queda da poupança do governo e a perda do crédito público provocaram uma crise fiscal que se traduz em carência crônica de recursos. Este ano, destaca Macedo, o setor público deverá fechar suas contas com um déficit de US\$ 9,6 bilhões, cerca de 2,4% do Produto Interno Bruto, resultado pior que o do ano passado, quando obteve um superávit de 1,2%. E o PIB per capita, um dos indicadores da riqueza da população, continuará negativo, depois de já ter caído 6% em 1990.

Para 1993, a meta é alcançar um superávit de 0,6% do PIB. Para chegar lá, contudo, o País terá de suportar dois anos sem crescimento. Os números do trabalho de Macedo, que o Estado revela em detalhes nos quadros ao lado, foram contestados pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem os índices não são tão assustadores. Macedo rebate as críticas e diz que "os números são realistas".

Investimentos

Taxa de investimento a preços constantes de 1980, em % do PIB



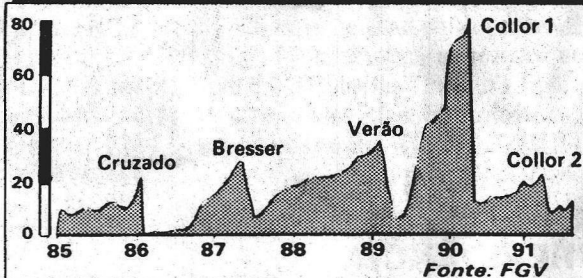
Fonte: IBGE/IIPEA

■ Com o fim do "milagre econômico", em 1975, o PIB per capita entrou em queda livre — na década de 80, o crescimento foi zero. Em 1991, deverá ser negativo.

■ Os sucessivos choques econômicos não conseguiram derrubar a inflação. Mesmo com o Plano Collor 2, a inflação volta a preocupar.

Inflação

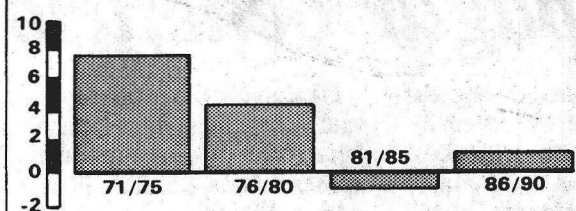
Variação mensal do IGP-DI entre 1985 e 1991, em % (base: mês de janeiro)



Fonte: FGV

PIB per capita

Variação anual média, em %



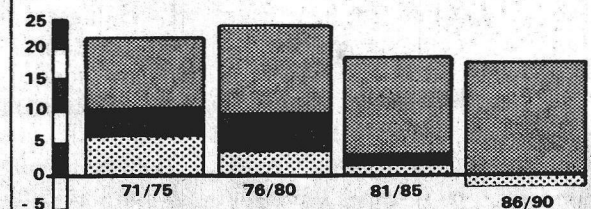
Fonte: DECNA/IBGE

■ Para crescer como nos anos 70, o País teria de voltar a investir o equivalente a quase 25% do PIB. Em 80, a taxa de investimento caiu cerca de um terço.

■ A queda da poupança pública é acentuada e limita investimentos. A poupança privada caiu menos, enquanto a externa praticamente acabou.

Poupança

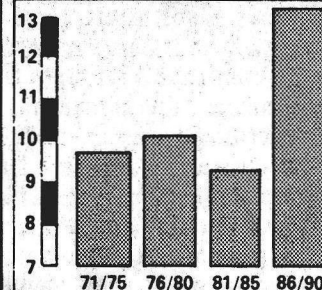
A preços constantes de 1980, em % do PIB



Fonte: BACEN/IBGE/FGV

Consumo do governo

Pessoal e custeio, em % do PIB



Fonte: DECNA/IBGE

■ As despesas de consumo do governo, ou seja, aquelas que envolvem despesas de pessoal e de custeio da máquina administrativa, cresceram mais na segunda metade dos anos 80 do que em qualquer outro período. O crescimento maior, entre 1989 e 1990, se deu na esfera dos Estados e municípios. Na área federal, os gastos com pessoal foram reduzidos em 1990.

Servidores e pensionistas

Total da administração pública federal, em julho de 1991, em %



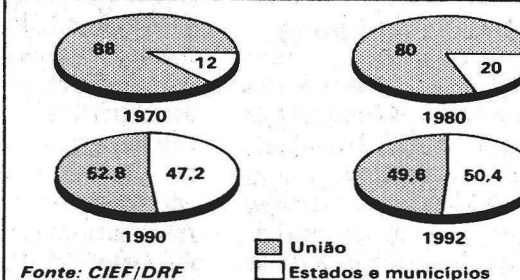
Fonte: DTN/INSS

■ Quase a metade dos servidores da União, ou 46,4%, é formada por inativos e pensionistas. Os ativos representam apenas 53,6%. Os compromissos com a seguridade, segundo o governo, agravam a crise fiscal. Se o sistema fosse sustentado pelos servidores, seria necessário que o servidor na ativa ganhasse o dobro do inativo.

■ Em 1970, a União transferia apenas 12% dos recursos obtidos com o IPI e o IR para Estados e municípios. Em 1992, deverá transferir mais de 50%.

IPI e Imposto de Renda

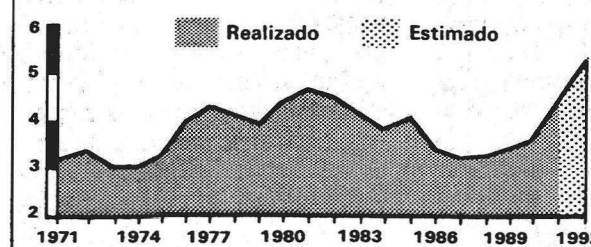
Quanto fica com a União e quanto vai para Estados e municípios, em %



Fonte: CIEF/DRF

Gastos da Previdência

Total de benefícios, em % do PIB

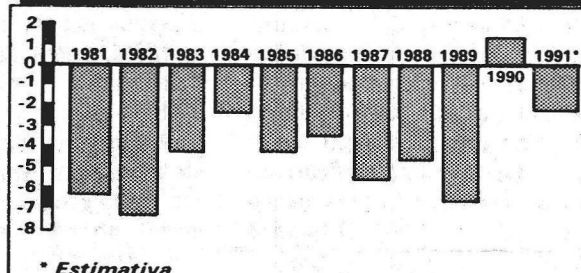


■ Os gastos da Previdência cresceram a partir de 1989, em parte por causa de mudanças na Constituição. Em 1992, devem atingir o recorde histórico de 5% do PIB.

■ Em 1990, o governo transformou o déficit em superávit. Mas isso foi obtido com medidas que não se repetem este ano, em que o déficit será de 2,4% do PIB.

Resultado operacional

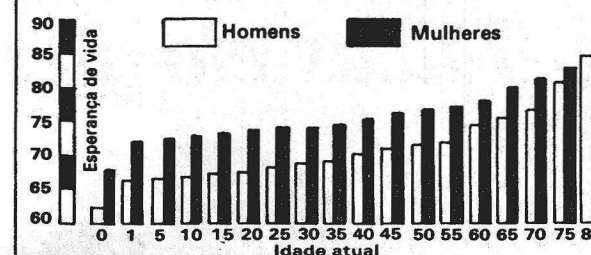
Setor público, em % do PIB (União, Estados, municípios e empresas estatais)



* Estimativa

Esperança de vida

Por sexo e idade, Brasil 1990



Fonte: IBGE/Div. Estat. Prev. Social/MTSP

■ A mortalidade infantil ainda é alta. Na faixa de 50 a 55 anos, a expectativa de vida dos homens passou a ser de 72 anos e a das mulheres, de 76 anos.